

O surgimento da escola pública no Brasil e o pensamento de Condorcet

The emergence of public school in Brazil and Condorcet's thought

DOI:10.34117/bjdv7n7-188

Recebimento dos originais: 07/06/2021

Aceitação para publicação: 07/07/2021

Jacqueline Ellen de Souza

Licenciada em Letras – Português/Inglês e suas respectivas literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Endereço: R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110, Brasil

E-mail: jacqueline.souza@unioeste.br

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo geral refletir sobre como o pensamento de Condorcet, explicitado em *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (2013) influenciou no ideário que cercou o surgimento da escola pública no Brasil em dois momentos da História, 1826 e 1948. Para esta análise, selecionamos o texto supracitado, além dos textos de Xavier (2015, 2012) e Tambara (2012), e Souza e Derisso (2018). A metodologia adotada neste artigo é a pesquisa bibliográfica, tendo como base, a conceituação de Lakatos (2003). Intencionou-se demonstrar que há pontos de convergências entre os escritos de Marquês de Condorcet e os princípios que nortearam o surgimento da escola pública e depois a escola pública, gratuita e laica no Brasil. Como resultado, observou-se como as ideias de instrução enquanto força de transformação social, gratuidade e universalização da escola enquanto formas de diminuir a desigualdade social e a necessidade da laicidade, que são os pontos centrais do *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (2013), aparecem no *Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo* (1826) e na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, de forma indireta, isto é, sem afirmarem estarem pautadas nos escritos de Condorcet, mas o pensamento do autor francês é facilmente identificado nos textos. A conclusão que se obteve neste trabalho é que mesmo que um autor não tenha uma publicação de seus escritos originais formalmente, não significa que suas ideias não possam ter chegado e influenciado os rumos da Educação brasileira.

Palavras-chave: Marquês de Condorcet, Escola Pública no Brasil, Pioneiros da Educação.

ABSTRACT

The following paper has the objective of reflecting about how Condorcet's thought, made explicit in *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (2013) influenced on the ideas that surrounded the emergence of the public school in Brazil in two moments of the History, 1826 and 1948. In this analysis, we selected the aforementioned text, alongside texts by Xavier (2015, 2012) and Tambara (2012), and Souza and Derisso (2018). The methodology adopted on this paper is bibliographical research, taking as basis, the concept of Lakatos (2003). We intended on demonstrating that there are convergence points between the writings of Marquis of Condorcet and the

principle that guided the emergence of public school and after the public, secularized and free school in Brazil. As result, we observed how the ideas of instruction while a force of social transformation, universalization and free education while ways of diminishing social inequality and the need of secularization, which are the main points of *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* (2013), appearing on *Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo* (1826) and the first Law of Guidelines and Basis of National Education (LDB) of 1961, in an indirect form, that is, without being affirmed being based on Condorcet's writings, but the thought of the French author is easily identified throughout the texts. The conclusion obtained in this paper is that even if an author hasn't their original writings published formally, it doesn't mean their ideas cannot have arrived and influenced the paths of Brazilian Education.

Keywords: Marquis of Condorcet, Public School in Brazil, New Education Pioneers.

1 INTRODUÇÃO

A escola pública da forma como conhecemos, *universal, gratuita e laica*, percorreu um longo caminho, cheio de avanços e retrocessos para chegar até este ponto. Entender esse percurso é de suma importância para entendermos os embates do passado e como podemos continuar melhorando esta instituição social.

Os escritos de Condorcet estão na base de dois grandes projetos de Educação pública no Brasil. Quando pensamos nestes princípios, logo nos remetemos aos escritos de Condorcet, em especial, *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, que discorre sobre como a instrução pública poderia influenciar no aprimoramento da Razão e das Ciências, ambas fundamentais à formação do novo Homem, após a Revolução Francesa.

No texto, Condorcet defende que é necessária uma instrução pública e gratuita para mudar o panorama social. Embora ele pensasse em um ensino em cinco níveis (sendo apenas o último, as Sociedades Nacionais das Ciências e Artes, paga pelo estudante), mas devido aos limites da época, apenas a Instrução Primária poderia ser oferecida a todos. Longe de ser apenas um avanço tímido, para o autor, conforme a instrução for adquirida pela população, mais esta desejará se especializar, junto com o Conhecimento, o entendimento sobre as leis e o bem-estar social também mudariam para melhor.

Dado isto, a instrução deveria ser *pública*, para que a desigualdade de "luzes", como escreve Condorcet, não se agravasse. Uma educação que só fosse acessível para uma parcela da sociedade tornaria o abismo entre camponeses, burgueses e nobreza ainda maior, se resumindo a algo apenas voltado à elite. Portanto, a instrução também deveria ser *gratuita*. Esta também deveria ser *universal*. O primeiro plano de instrução brasileiro não levava este princípio em conta, uma vez que não estendia o direito à instrução à

população escravizada, mas já a LDB trazia a universalidade da Educação entre seus preceitos. A *laicidade* também era um ponto importante na proposta de instrução de Condorcet, visto que ele desejava demonstrar que a razão não precisava estar pautada na religião e que a religião havia sido utilizada como justificativa em barbáries contra outros povos fora da Europa. Além disso, a escola poderia se tornar apenas mais um lugar para propagação de dogmas religiosos, perdendo sua característica de ser um ambiente de transmissão de conhecimento.

A retomada deste autor e de sua obra no momento atual se dá porque novamente se vê discussões buscando retirar a responsabilidade da Educação do Estado e o estrangulamento das verbas voltadas para esta área, ameaçando o caráter gratuito e público da escola. Também pôs-se em xeque a liberdade de ensino da escola, com a tentativa de retomada de disciplinas como “Educação Moral e Cívica”, diminuição das aulas de “Filosofia” e “Sociologia”, e o ensino do Criacionismo no patamar de conhecimento científico.

A metodologia escolhida para este trabalho é a da pesquisa bibliográfica. Para Lakatos:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros [...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]. (2003, p. 183)

Para atingir esse objetivo, compararemos os textos de Condorcet (2013, 2010), *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* e *Escritos sobre instrução pública: Condorcet*, para assimilarmos como o autor estrutura o seu pensamento sobre a instrução pública e quais eram as suas ideias acerca do objetivo da Educação e seus efeitos enquanto agente de transformação social. Utilizaremos também os escritos de Xavier (2015, 2012) e Tambara (2012) para entendermos como se deu a primeira proposta de instrução pública no Brasil e como os escritos de Condorcet influenciaram nesta proposta de 1826. Além disto também dispomos do trabalho de Souza e Derisso (2018), para compreendermos como se deu a outra proposta de instrução pública e universal no Brasil, a LDB de 1948 e quais aspectos se assemelham com os conceitos propostos por Condorcet, mesmo sem uma citação direta ao autor.

Com este artigo, espera-se lançar um pouco de luz sobre as origens da escola pública, gratuita, universal e laica no Brasil e como o pensamento de Condorcet conseguiu

resistir à prova do tempo e influenciar pensadores e educadores mesmo séculos após a sua morte.

2 PENSAMENTO DE CONDORCET E OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL

Com a Revolução Francesa, surgiu-se a necessidade de repensar o papel da Igreja, do Estado e do Homem como um todo na sociedade, uma vez que a métrica antiga já não era mais compatível com os anseios da nova classe burguesa e nem com o papel designado para os camponeses e artesãos. Durante o período da Revolução, os franceses começaram a pensar em novas bases para o que significaria ser cidadão, entre essas bases, está a Educação. Marquês de Condorcet propôs um modelo de Educação a ser seguido: *O Relatório e Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública*. Destaca-se a proposta de um ensino público, gratuito e laico para a sociedade francesa, visto que Condorcet pensava a instrução como a forma ideal de se atingir a igualdade social. O ensino público garantiria que todos tivessem direitos à instrução em todos os graus de escolaridade. Gratuita para que não se tornasse acessível apenas a alguns, sendo o Estado designado como o financiador disto. (Diferentemente de agora que o Estado financia e propõe o que deve ser ensinado nas instituições escolares, Condorcet propunha que o Estado não deveria ser o responsável pela escolha de conteúdos, mas, as assembleias locais de pais, professores e outros membros da sociedade), além de laica, já que Condorcet considerava que não era papel da Escola transmitir os ensinamentos religiosos de uma ou outra religião, cabendo esta responsabilidade aos pais.

Condorcet propunha cinco graus de instrução: “1º Escolas Primárias; 2º Escolas Secundárias, 3º Institutos; 4º Liceus; 5º Sociedade Nacional das Ciências e Artes” (2010, p.25). Inicialmente, a ideia era que todos os níveis, exceto o quinto, fossem gratuitos para a população francesa, mas também considerando a própria realidade da época em que nem todas as famílias poderiam dispensar seus filhos do trabalho para que estes pudessem se dedicar totalmente a sua formação, então, Condorcet apontou o ensino nas “Escolas Primárias” como o item mais importante de ser universalizado.

Todavia, não se deve pensar na diminuição do alcance da escolarização de Condorcet como algo imutável. O autor francês acreditava que conforme a sociedade fosse se aprimorando, as leis, conhecimentos e pilares da sociedade avançariam igualmente. Portanto, a escolarização primária seria o primeiro passo para a sociedade de sua época de ares inconstantes e rápidas mudanças, e não um princípio entalhado em

pedra para todo o sempre. Xavier e Tambara (2012) descrevem a busca do aprimoramento como algo que:

[...] leva ao melhoramento não só da espécie humana, mas também das instituições sociais, das leis e da diminuição da desigualdade. A cada aperfeiçoamento, a cada melhoramento social que atinge, cria outros anseios. Assim poderíamos afirmar, em relação à instrução, que inicialmente se tem acesso universal à instrução primária, logo depois vem a busca pela universalização da instrução secundária e segue sucessivamente. (p. 5, 2012)

Gradualmente, a universalização da Educação avançaria para os próximos patamares propostos por Condorcet, mesmo que talvez isso não se concretizasse tão rapidamente quanto o autor gostaria. Pensando em um panorama atual, a universalização da Educação Básica, Fundamental e Ensino Médio já aconteceu, porque as necessidades sociais e de trabalho já ultrapassam o que a Educação Básica pode oferecer. Entretanto, o Ensino Superior, que se torna cada vez mais essencial, uma vez que a oferta de trabalhos com mão de obra não especializada está sofrendo uma grande queda. Em algumas instituições, o ensino é gratuito e público, mas não é possível afirmar que este é universal. Até certo ponto o “talento” proposto por Condorcet como o pré-requisito para a admissão em níveis mais elevados de Ensino, se reflete nas universidades, com a necessidade dos vestibulares, onde os estudantes precisam provar que “aptos” para cursar os cursos. O que deve ser levado em consideração é que com as deficiências educacionais que o estudante acumula através dos anos e o número reduzido de vagas, a oferta de ensino se reduz e, por vezes, uma grande parcela de estudantes permanecem para fora dos muros da Universidade, mesmo possuindo direito à Educação.

Condorcet tem um pensamento otimista não só acerca da instrução, mas também da ciência. Na sua perspectiva, "Quando avança a ciência, melhora a instrução, que traz progresso à humanidade e retorna tudo de novo com mais progresso a cada um, sendo um círculo que cresce indefinidamente." (Tambara e Xavier, 2012, p. 6). Justamente devido a essa progressão que o esforço de tornar universal a Escola Primária na França revolucionária não pode ser vista como algo pequeno. Todavia, é preciso considerar que na década final de 1700 na França, todas as questões ainda estavam em efervescência e mesmo alguém que lutou a favor da Revolução poderia acabar como inimigo da mesma. Ao não concordar com o projeto de Constituição e advertir os franceses que sobre os perigos à Liberdade que esta propunha, Condorcet passou a ser perseguido e tendo de viver na clandestinidade até 1794, quando foi preso e morreu em condições incertas.

Contudo, o pensamento e as obras de Condorcet não se perderam no tempo. Suas ideias encontraram campo fértil em inúmeras outras discussões mundo afora. No Brasil, os primeiros indícios da concepção educacional de Condorcet surgem por 1826, através do plano de Educação “*Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo*” de 1826 por Martim Francisco Ribeiro d’Andrada Machado. O que chama atenção neste plano é a defesa do autor para que a instrução fosse pública e igual para os cidadãos do Brasil, pois, assim, se equiparia as chamadas “faculdades intelectuais”, evitando “[...] esta dependência real, triste monopólio, que as luzes de uma classe exercitaram sobre a cega ignorância da totalidade” (Machado, 1945 *apud* Xavier, 2015). Tanto Machado quanto Condorcet vão concordar no sentido de que a instrução do homem deve ser libertadora, isto é, a instrução deve ser para que o homem seja capaz de fazer suas próprias abstrações e utilizar o conhecimento de forma ativa em sua vida. Conforme diz Condorcet, “[...] uns podem ter o desejo de ser instruídos pelos outros, mas não precisam ser conduzidos por eles, podem querer confiar aos mais esclarecidos o cuidado de governá-los.” (p. 199, 2013).

Para Machado, “a instrução não deve se limitar à formação humanística; ela deve habilitar o aluno para o trabalho [...] a instrução prevista em seu plano habilitasse o aluno nas várias ocupações que a sociedade necessitava [...]” (Xavier, 2015, p. 66). Novamente percebe-se um paralelo com os escritos de Condorcet na questão da instrução como algo que o sujeito adquire e muda a sua relação com o trabalho e sociedade. Nem Machado e nem Condorcet vão colocar o conhecimento como o elemento chave para o fim de toda a desigualdade, o primeiro por não abordar a questão em sua *Memória* e por sugerir a instrução apenas aos brasileiros livres; e o segundo por considerar que a desigualdade não deva ser totalmente eliminada, mas diminuída as diferenças de luzes e os extremos da riqueza.

Mesmo podendo incorrer no erro do anacronismo, é preciso explicitar que a questão do “talento/mérito” defendido por ambos os autores não é livre de problemas. A possibilidade de um estudante pobre levar a frente os seus estudos depende da oportunidade deste de praticar o que estudou, dado que talento não é algo nato, mas aprimorado. Embora a instrução primária proposta por Condorcet fosse o primeiro passo para a universalização do ensino, a falta de uma estrutura que garantisse que o estudante pudesse permanecer estudando, sem afetar o rendimento familiar, até hoje é um problema não solucionado.

Mesmo Machado possuindo inúmeros pontos de convergência com as teorias propostas por Condorcet, não é possível dizer que os escritos do autor francês efetivamente chegaram ao Brasil neste momento, uma vez que o plano de estudo do deputado não foi continuado. Embora dispusesse de ideias que elevariam o grau de instrução do Brasil-Colônia ao patamar de outros países, alguns pontos de seu plano de estudo eram ambiciosos para um país que ainda estava sob o jugo de um colonizador. O plano de estudo de Machado chegou a ser aprovado na Constituinte e indicado para a publicação, mas conforme Chizzotti (2005), o seu debate nunca mais voltou à Constituinte e ele nunca foi implementado no Brasil.

Para Alves (2018), os escritos de Condorcet permaneceram desconhecidos no Brasil em sua forma original até a década de 1980, fenômeno que pode ser observado também em outros países, como os de língua espanhola. A partir deste momento, os estudiosos da Educação puderam ter acesso direto ao trabalho do autor francês. Isto não significa que não possam ser vistos ecos do pensamento de Condorcet em questões anteriores como a defesa da escola pública, gratuita, universal e laica nas décadas de 40 a 60.

Entre 1948 e 1961, começam as discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - a LDB - e com elas, os embates entre os defensores do nacional desenvolvimentismo, chamados de Pioneiros da Educação, e a Igreja Católica com os representantes do ensino privado.

Segundo Souza e Derisso, no ano de 1948, o ministro da Educação da época, Clemente Mariani, “[...] encaminha à Câmara Federal um anteprojeto de lei que representa as aspirações do primeiro grupo e com foco na escola pública, estatal, gratuita e laica;” (2018, p.1). Posteriormente em 1959, o Substitutivo Lacerda propôs que o responsável pelo financiamento da Educação fosse o Estado, mas que a mesma fosse ofertada por instituições particulares. A intenção seria evitar a intervenção do Estado sob a Educação. Embora Condorcet também propunha que o Estado zelasse por sua continuidade financeiramente falando, mas sem ditar o que devia ou não ser ensino, o Substitutivo buscava atender os interesses da Igreja Católica sob a bandeira de “liberdade de ensino” e os representantes do ensino privado, que seriam beneficiados pela mudança.

O projeto inicial da LDB tinha como objetivo difundir a Educação para a população brasileira, em geral, além de melhorar a formação no Ensino Médio e no Ensino Superior. Todavia, com as inúmeras alterações que o sofreu, ele acabou renomeado para Substitutivo Lacerda, perdendo muitas das pautas iniciais. Entre as

mudanças realizadas no documento, estão a “liberdade de ensino”, a proibição do monopólio estadual da Educação e:

[...] proporcionalidade na representação das instituições particulares em órgãos de direção do ensino, a distribuição equivalente dos recursos entre instituições públicas e particulares, além de garantir o reconhecimento dos estudos cursados em instituições particulares.” (Souza e Derisso, 2018, p. 4)

Apesar da “liberdade de ensino” soar como algo semelhante à liberdade de instrução de Condorcet, isto é, a não-interferência do Estado e da Igreja sobre o que deveria ser ensino em sala de aula, o conceito vai à contramão disto. Ela defendia mais os princípios da Igreja Católica do que um ensino plural, onde as vozes não-dominantes poderiam ter espaço. Esta “defesa do dever e direito dos pais de educar seus filhos da maneira que considerar apropriada [...]” (2018, p. 4), como coloca Souza e Derisso, ressurgiu nos tempos atuais sob o lema da “Escola Sem Partido” onde busca-se eliminar “ideologias” ou “ideias” que supostamente estariam sendo difundidas nas escolas e que iriam contra a moral e os bons valores dos pais. Em vez de tornar a Escola um ambiente onde ideias diferentes possam se conversar e realidades diferentes possam se encontrar, tenta-se fechar a porta perante tudo o que é diferente, não-tradicional ou não-alinhado ao que a maioria pensa.

Condorcet (2013) não estava alheio ao fato de que os homens instruídos e munidos da razão nem sempre concordavam entre si, mas acreditava que com regras fixadas seria possível escolher entre o número infinito de combinações possíveis, os princípios que respeitassem à igualdade, aos direitos naturais, à conservação destes direitos, de uma forma que assegurasse o melhor aos membros da nação.

O Substitutivo Lacerda sofreu muitas críticas, especialmente vinda de educadores e intelectuais, que denunciam os interesses econômicos e ideológicos vindos da Igreja e do setor privado de Educação. Em contrapartida ao Substitutivo, em 1959, foi redigido o “*Mais uma vez convocados: Manifesto ao povo e ao Governo* (O manifesto original dos Pioneiros da Educação foi publicado em 1932), o teor do documento expressava:

[...] a preocupação com o caminho seguido pelos debates, pois identificam como ameaças as confusões intencionais ou inconscientes que poderiam desviar a atenção das reais tendências e necessidades da educação contemporânea. (Souza e Derisso, 2018, p. 5)

Além disto, eles reconheciam que só princípios não corrigiriam os problemas na Educação, sendo então necessária, a melhoria das condições da vida humana, de modo integrado. Um dos pontos defendido pelos Pioneiros da Educação era um sistema de instrução pública de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE). “A instrução pública também era justificada em nome do progresso econômico, bem-estar e segurança nacional. Setores que para obterem melhorias técnicas precisavam de melhorias na educação dos trabalhadores.” (Souza e Derisso, 2018, p. 6). Novamente, se percebe como o argumento da Educação pública enquanto elemento de transformação social se repete. Segundo Tambara e Xavier sobre a noção de aprimoramento nos escritos de Condorcet:

A cada aperfeiçoamento, a cada melhoramento social que atinge, cria outros anseios. Assim poderíamos afirmar, em relação à instrução, que inicialmente se tem acesso universal à instrução primária, logo depois vem a busca pela universalização da instrução secundária e segue sucessivamente. (2012, p. 5)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada em 1961, gerando a criação de sistemas de ensino nos quatro cantos do Brasil, mas também marcou o avanço da iniciativa privada sobre a Educação, em especial, nos níveis superiores.

Embora novos Planos de Educação e novas Diretrizes Estaduais tenham surgido ao longo do tempo e conforme novas necessidades sociais fizeram com que os planos anteriores fossem revistos, certos aspectos da Educação lutam bravamente para permanecerem os mesmos. A Educação enquanto pública, gratuita, laica, universal e de qualidade continua sendo o grande objetivo dos educadores comprometidos com a mesma e dentro deste íterim, nota-se como as ideias de Condorcet não se perderam no passar dos anos.

Todavia, forças contrárias a esses princípios buscam dismantelar pouco a pouco o que levou décadas para se construir. Há aqueles que buscam acabar com a gratuidade da escola, tirando o encargo do Estado em mantê-las abertas e funcionando e passando esta responsabilidade para a iniciativa privada. Para evitar o previsível colapso educacional, propõem-se os *vouchers* (vales que garantiriam a permanência dos estudantes que não poderiam pagar pelo ensino) como medida para atender a população mais carente, que seria a mais afetada com o fim da gratuidade do ensino no Brasil.

Além deste, há também uma forte pressão para transformar o ensino regular em duas diferentes modalidades: o Ensino Médio Profissionalizante, que atrelaria o objetivo da Educação para uma formação profissional do indivíduo; e o Ensino Cívico-Militar,

que retira o professor e sua liberdade de cátedra do centro da Educação e transfere a responsabilidade de Ensino para outros profissionais de áreas fora da Educação.

Entretanto, ao mesmo tempo que existem aqueles que querem destruir a escola pública da forma como ela é, há inúmeros outros que buscam reformá-la e aprimorá-la, pensando em novas formas de organizar e apresentar o conhecimento humano historicamente construído para as novas gerações. Como próprio Condorcet, otimista, revela, os homens dispendo de sua razão lutam para que a ignorância e as trevas não retornem: “[...] para saber reconhecer e sufocar, sob o peso da razão, os primeiros germes da superstição e da tirania, se algum dia eles ousassem reaparecer.” (p. 195, 2013).

3 CONCLUSÃO

Com a Revolução Francesa, iniciou-se o debate sobre a instrução pública para a população francesa. O Marquês de Condorcet propõe o *Relatório e Projeto de Decreto Sobre a Organização Geral da Instrução Pública* como base a ser seguida. Condorcet propôs cinco níveis de instrução: Escola Primária, Escola Secundária, Institutos, Liceus e Sociedade Nacional das Ciências e Artes. De início, a intenção era que todos os níveis, exceto o último, fossem custeados pelo Estado para a população, mas a proposta teve de se reduzir apenas à Instrução Primária. O autor também propunha que os responsáveis pela escolha de conteúdos educacionais deveriam ser as assembleias locais de pais, professores e outros membros da sociedade e não o Estado, para que se evitasse uma interferência indevida no que deveria ser ensinado.

Não só nos escritos de Condorcet, mas também refletido em dois projetos de ensino brasileiros, o Plano de Instrução de 1826 e a LDB de 1948, está a ideia do conhecimento como o primeiro passo para o aprimoramento das ciências e da sociedade como um todo. Caso o sujeito pudesse pôr o conhecimento adquirido em prática, este mudaria o ambiente em que vive e as relações sociais que mantêm, através do trabalho e da razão. O autor francês também defende que este aprimoramento não tem um limite máximo, uma vez que o sujeito refinará o que conhece, buscará conhecer mais e melhorará os instrumentos disponíveis para pesquisa, gerando um ciclo sem fim de expansão.

O primeiro plano de instrução pública brasileiro foi redigido por Martim Francisco Ribeiro d'Andrada Machado, em 1826, chamado de “*Memória sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo*”, que trazia semelhanças com a concepção educacional de Condorcet. Ambos os autores concordam em afirmar que a instrução do

homem deve ser libertadora, para que este seja capaz de fazer suas próprias abstrações e utilizar o conhecimento ativamente em sua vida. Entretanto, mesmo o escrito de Machado tendo várias semelhanças com a teoria de Condorcet, não é possível afirmar que os escritos do autor francês haviam efetivamente chegado ao Brasil, posto que o plano de instrução não foi dado prosseguimento.

O segundo momento de análise deste trabalho foi entre 1948 e 1961, quando se iniciaram as discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (A LDB), envolvendo os Pioneiros da Educação e a Igreja Católica e o Ensino Privado. Em 1959, o Substitutivo Lacerda traz algumas questões que se aproximam dos escritos de Condorcet, mas que, na verdade, tem uma intencionalidade clara de favorecer grupos específicos da questão, os representantes dos estabelecimentos privados de ensino e a Igreja. Mesmo com as discussões ainda em ápice, a LDB foi promulgada em 1961.

Mesmo que a publicação oficial das obras de Condorcet tenha ocorrido na década 80, é inegável que o seu pensamento não tenha lançado as raízes para que muitos dos princípios que norteiam a Educação agora se consolidassem. Como uma força iluminadora, as concepções escritas no *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* percorreram os caminhos além-mar para chegar ao Brasil, mesmo décadas e séculos após a morte de seu criador.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. Escritos sobre a instrução pública: Condorcet. Autores Associados, 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a Educação. In: FÁVERO. Osmar (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. 3. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

CONDORCET. Escritos sobre instrução pública: Condorcet. Trad. de Maria Auxiliadora Cavazzotti e Lígia Regina Klein. Campinas: Autores Associados, 2010.

_____. Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Aline Christine de; DERISSO, José Luis. "O PENSAMENTO POLÍTICO E EDUCACIONAL DA INTELLECTUALIDADE CATÓLICA NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA LDB DE 1961." VIII Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (2018): Web. 03 Mar. 2021

XAVIER, Itamaragiba Chaves. A presença da concepção educacional de Condorcet nos primeiros projetos de instrução pública do Brasil independente e sua ausência na legislação aprovada (1822 - 1857). 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

XAVIER, Itamaragiba Chaves; TAMBARA, Elomar. Condorcet e a escola pública, laica, gratuita e universal. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL-ANPED SUL, IX, p. 1-16, 2012.